

Energia elétrica, memória e poder: substratos para um debate necessário

MARTIN, Andrey Minin¹

Resumo: A geração de energia elétrica é um setor projetado como uma das principais áreas responsáveis por nosso desenvolvimento industrial, econômico e social. Ao analisarmos a construção das memórias desse setor percebe-se que, para além das grandes obras, estas promovem um emaranhado de sujeitos, agentes e interventores que, entre o público e o privado, tornam-se condutores de suas próprias formulações. A partir das tessituras desenvolvidas em meio a um projeto hidrelétrico, neste caso, o Complexo Hidrelétrico Urubupungá, busca-se elucidar como, juntamente com o estabelecimento destes projetos, a dimensão temporal do passado estabelece relações com determinados marcos e acontecimentos, que, entre experiências e expectativas, ligam-se à construção da memória, por meio de uma teia de fatos que passam a ser agentes ativos na organização destas memórias, podendo ser apropriadas e reelaboradas pelo poder.

Palavras-chave: Energia elétrica; memória; poder.

Electric energy, memory, and power: substrates for a necessary debate

Abstract: Electricity generation is a projected sector as one of the main areas responsible for our industrial, economic, and social development. Analyzing the sector memories construction, it is perceived that, beyond the great constructions, they promote a tangle of individuals, agents, and auditors who, between public and private, became conductors of their own formulations. From the developed organizations into the hydroelectric project, in this case, the Urubupungá Hydroelectric Complex, this work aims to clarify how with the establishment of these projects the temporal dimension of past establishes relations with certain landmarks and events, which between experiences and expectations are connected to the memory construction, through a range of facts that became active agents in the organization of these memories, and being able to be appropriated and reworked by power.

Keywords: Electric energy; memory; power.

INTRODUÇÃO

Façamos um exercício: elenque os principais marcos e setores que se encontram cristalizados como sinônimos de desenvolvimento nacional. Ao analisarmos com mais afinco, observaremos que alguns setores estão postos como “pilares do progresso” em diferentes níveis estruturais, tidos historicamente como “pontos de estrangulamento” ou mesmo suportes para o crescimento nacional.

¹ Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016), Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: andrey_mm@hotmail.com

Indústrias, empresas e projetos foram estabelecidos como centrais para que o país pudesse alcançar novos voos econômicos que produzissem diretamente benefícios sociais coletivos.

Dentre estes setores, o energético ganhou destaque como elemento central para que uma gama de outros mais pudessem se desenvolver. Observa-se então, desde fins do século XIX, a criação de projetos que contribuíram para estabelecer um paralelo direto entre nosso processo de industrialização e ampliação deste setor, fatores centrais para que pudéssemos acompanhar os estágios de desenvolvimento de outras esferas mundiais, ou mesmo servir de zona de expansão para setores de países já em vias de industrialização.

Mais do que elencar os avanços e recuos, ou mesmo a importância deste setor na sociedade, observa-se como historicamente uma série de intervenções, públicas e privadas, marcaram sua trajetória, de forma a alcançar ainda em meados do século XX centralidade nas políticas nacionais, por meio de acordos de cooperação e promoção econômica. E, juntamente com tais intervenções, revelam-se uma pluralidade de sujeitos e agentes mediadores que, em cada momento, acabaram por elencar e formular a própria memória deste setor, demonstrando como no desenvolvimento energético nacional, disputas, representações e poderes marcam sua consolidação até o tempo presente.

ENERGIA E MEMÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ainda no tempo presente encontramos em uma diversidade de lócus discursivos, como campanhas políticas, debates econômicos e mesmo em projetos sociais, a ideia de que o acesso a energia elétrica está intimamente associado as condições sociais e materiais de um país ou região, tornando-se uma das atividades fundamentais da modernidade. País de industrialização retardatária, o Brasil encontraria a partir da década de 1930 e principalmente no pós Segunda Guerra Mundial, expressivo crescimento econômico, que contaria diretamente com as práticas e experiências gestadas pelo setor energético.

A respeito deste campo historiográfico, a década de 1980 representou a consolidação de projetos que formularam importantes bases para o desenvolvimento de debates neste setor. Isto não empana a existência de uma extensa bibliografia antes deste período. Pelo contrário, por trabalhos de engenheiros, economistas e empresários do setor eram tecidas problematizações sobre o setor energético, com

enfoques diversificados a partir de cada uma das especificidades regionais e nacionais.

A partir de problemáticas sobre sua memória e patrimônio histórico, empresas e uma gama de pesquisadores desenvolveram projetos promovendo a organização documental e temática do setor. Podemos destacar neste contexto o I Seminário Nacional de História e Energia (1986), e o Congresso Internacional de História e Energia (1987) que contaram com participação de pesquisadores nacionais e internacionais, historiadores, arquivistas e membros das empresas energéticas.

Todas as riquezas de possibilidades de trabalho deste campo de estudo proporcionaram o estabelecimento de diretrizes para criação de museus e centros de documentação, núcleos de preservação da memória do setor energético, proporcionando uma teia de novas áreas de pesquisa, referentes a temáticas como a preservação documental, memória iconográfica e oral, desenvolvimento tecnológico e científico, impactos ambientais e sociais na construção de hidrelétricas e mesmo as relações entre a produção energética e seu espaço de inserção.

O período entre as décadas de 1930 e 1970 é contemplado na historiografia (CARDOSO, 1977, DRAIBE, 2004, MARANHÃO, 1988) como momento significativo do desenvolvimento nacional, em que uma sociedade urbano-industrial passa por um rápido crescimento, levando à consolidação de políticas e setores que pudessem acompanhar as necessidades de uma nova realidade econômica e social. Para além de enfatizar o universo agrário-exportador, também produzir industrialmente, estimular setores de base e o consumo permeou grande parte dos governos deste contexto que, mesmo em um movimento pendular, ora dialogando com práticas liberais outras mais estatizantes, como nos demonstra Octávio Ianni (1971), fomentaram novas bases para setores como o energético e de transportes.

Este novo momento de desenvolvimento resulta de um histórico processo de transformações desde a segunda metade do século XIX, quando o Brasil perpassa por um novo marco estrutural (transportes/comunicação, energia e de urbanização) que oferecem, conjuntamente, a ampliação de novos mercados, com direta participação do capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo, observamos que em meio ao estabelecimento e expansão do setor, os grupos e agentes diretamente emaranhados em seu desenvolvimento também se preocuparam com a imagem e construção de suas memórias, elencando fatos e selecionando ideias, expressando as nuances do rememorar, que poderiam

ser constantemente apropriadas e reelaboradas por diversos agentes sociais em diferentes momentos da construção histórica. Muitos destes grupos, como a Light, Amforp e CESP, contribuíram, duplamente, para o desenvolvimento do setor energético e ampliação de sua imagem como elemento dinamizador do progresso, e conseqüentemente, de sua própria imagem.

Sobre tal questão, Gildo Magalhães ressalta que, ao analisar a atuação e a organização do setor energético nacional, a prática de pesquisas ligadas a este campo de estudo e mesmo o acesso às memórias produzidas no processo de eletrificação nacional “foi grandemente impulsionado a partir da década de 1980, com iniciativas de empresas públicas de energia elétrica interessadas em conhecer e preservar seu patrimônio histórico, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro”. Ao mesmo tempo, ocorreu, segundo o autor, com a gradual privatização e os desdobramentos empresariais deste setor “uma fragmentação também da memória do setor e uma conseqüente dificuldade para financiar e publicar as pesquisas históricas”.

Desta forma, entendemos que analisar as trajetórias da formação de nosso parque energético faz-se em meio ao próprio entendimento de como suas memórias foram (re) produzidas, em um movimento em que, como ressalta Vesentini, “memória e fato se unem, sobrevivendo aquela e, nesse movimento, ela decide onde as interrogações serão postas, da mesma forma que exclui ângulos onde sua coerência poderia ser colocada em questão” (1997, p. 19).

E grande parte destas empresas que atuaram na construção de núcleos e acervos documentais encontram-se postas como marcos do setor energético. Nossas experiências neste setor foram gestadas conjuntamente a de outras regiões do globo, como Europa e Estados Unidos.² A partir de fins de 1870 temos a formulação das primeiras experiências na produção de energia elétrica, na eletrificação da Estrada de Ferro D. Pedro II, no Rio de Janeiro; em 1883 no funcionamento de bondes; na extração de diamantes no Rio Jequitinhonha e no aproveitamento hidrelétrico na usina Ribeirão do Inferno, em Minas Gerais. Neste período, muitas são as iniciativas que

² O Brasil encontra-se entre o grupo de países pioneiros no uso e no desenvolvimento da produção de energia elétrica, inclusive, conjuntamente a regiões como Europa e EUA. Muito se deve ao interesse de figuras como D. Pedro II, que presente na Exposição do Centenário, realizada na Filadélfia, em 1876, pôde ter contato com novos inventos e seus expoentes, tais como Graham Bell e Thomas Edison. Três anos depois deste contato foi inaugurado no Rio de Janeiro o uso da eletricidade, na estação D. Pedro II, hoje denominada Central do Brasil. Segundo Sandra Jatahy Pesavento (1997), a realização dessas exposições universais contribuíram para a troca de técnicas e tecnologias entre diversas nações, apresentando a evolução em distintos setores ao mesmo tempo em que se tornaram símbolos da modernidade industrial.

processam o desenvolvimento particular para geração de energia, tais como a Companhia de Força e Luz Porto-Alegrense (Companhia Força e Luz), em 1906, a Sociedade Fiat Lux de 1887, a Companhia Força e Luz de Minas Gerais, em 1898, a Companhia Ituana de Força e Luz em 1903, a Companhia Força e Luz Norte de São Paulo em 1911, assim como a Rio de Janeiro *Tramway, Light and Power*.³ É neste período que projetos para geração de energia são produzidos, tais como as usinas de Marmelo Zero (1889) em Juiz de Fora, Parnaíba (1901) e Paulo Souza (1912) em São Paulo, Usina Hidrelétrica Maurício (1908) em Leopoldina, Minas Gerais, Corumbataí (1900) em Rio Claro-SP e a usina de Itupararanga (1912) em Sorocaba-SP.

Observa-se neste contexto que o modelo de sociedade urbano-industrial engendrada em espaços como Europa e América do Norte gradualmente encontraram seus correlatos no Brasil. Difundiu-se em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro a presença de catalisadores deste processo, como a energia elétrica, que desempenhou papel central como elemento de modernização estrutural dessas regiões, alterando as percepções de trabalho, comunicação e lazer. Tais experiências conduziram a região para o centro da produção energética e, conseqüentemente, alicerçaram-na como espaço do desenvolvimento econômico.

Ocorre assim nas primeiras décadas do século XX a implantação de parques energéticos conduzidos pelo capital internacional de empresas como a *Light e Amforp*, que estabeleceriam durante este período a centralidade nos caminhos da produção energética. Ao mesmo tempo, outras regiões como o extremo oeste do país, possuíam um precário sistema de iluminação, sendo consideradas zonas de expansão, como ocorreria ao longo da primeira metade do século XX com a implantação de via férrea e hidrelétricas na década de 1950. ⁴

Neste aspecto, cabe ressaltar que uma pluralidade de trabalhos nas últimas décadas tem-se dedicado ao estudo do setor energético e das vias férreas como

³ Além dos projetos destacados, muitos outros foram desenvolvidos neste período: a iluminação do Campo da Aclamação, atual Praça da República, no Rio de Janeiro, em 1881, pela Diretoria Geral dos Telégrafos, as iniciativas de Bernardo Mascarenhas no polo industrial em Juiz de Fora, Minas Gerais, assim como a Hidroelétrica Marmelos e Corumbataí, em Rio Claro. (CABRAL, et al.1988; MELLO, 2011)

⁴ Região dos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o extremo oeste possuía ainda na virada do século XIX para o XX um precário sistema de iluminação, que se restringia a algumas localidades, como o Jardim Alencastro, em Cuiabá e o Colégio Salesiano São Gonçalo, na mesma cidade, com luminárias a querosene e posteriormente a gás. Da mesma forma, cidades como Três Lagoas e Campo Grande, na porção sul do antigo Mato Grosso, contavam com precário sistema de iluminação, sendo Corumbá a única cidade que, em 1912, contava com luz elétrica, fazendo-se comparar, por esta e outras inovações, com a capital do Estado, Cuiabá. (SOUZA, 2008).

elementos de ocupação dos rincões, analisando uma infinidade de questões que evidenciam como suas presenças articularam diretamente o modelo de exploração e colonização nos sertões, da mesma forma que contribuíram para um novo ritmo de desenvolvimento nacional, alçado em meados do século passado (QUEIROZ, 2004; GHIRARDELLO, 2002)

Da mesma forma, os imperativos energéticos adentrariam diretamente essa literatura como um dos principais componentes da modernidade técnica. Até mesmo elementos e símbolos de nosso folclore eram utilizados para afirmar a chegada do progresso. Em uma propaganda da empresa *Light* na década de 1930 (veja imagem a seguir) o mito Caipora (ou Caapora em tupi), o protetor das florestas, é posto como exemplo de proteção aos bons olhos, fazendo a analogia da luz como protetora de nossas vidas assim como o personagem protegia a floresta. Ao mesmo tempo torna-se emblemático observar a utilização de um personagem que, segundo a tradição popular, tem medo de luminosidade, fazendo alusão direta entre a escuridão e luz.



Cartaz publicado em periódicos em 1935. (DINIZ, 2011, p. 59)

Logo, devemos observar que tal utilização encontra-se emaranhado em um contexto em que outras áreas, como a literatura, recorrem à tradição nacional para se colocar como moderno, como novo. Neste caso o setor privado, responsável pelo gradual desenvolvimento energético neste período também se utilizaria de nossas tradições, mitos e lendas para reforçar a ideia do novo, seguro e agora moderno, mas que ainda não era explorado por empresas energéticas nacionais.

Ao mesmo tempo, na visão de Sônia Seger (2012), o setor de produção e de desenvolvimento energético nacional nem sempre fora visto como um “projeto de desenvolvimento nacional”, como ocorreria principalmente a partir da década de 1950. Para a autora, a iniciativa de empresários e grupos privados, principalmente ligados à Europa e à América do Norte, influenciou e estabeleceu a América Latina como “zona de expansão” econômica e de influência política, fato comum em várias áreas ao longo do século XX. As poucas intervenções que iriam ocorrer neste contexto remetem aos encaminhamentos do “Código das Águas”, pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, em que Getúlio Vargas centralizou para o governo federal a regulamentação, utilização e controle dos cursos fluviais e quedas d’água. Desde a primeira década do século XX tramitava no congresso projeto para sua efetivação, porém, os interesses de grupos privados acabavam por frear sua criação. Como destaca Gildo Magalhães (2000), durante a Primeira República (1889-1930) grande parte da prestação de serviços neste setor era regida diretamente entre empresa-fornecedor, até mesmo com prefeituras e governos estaduais, para além da intermediação federal.

Buscando uma diversificação a este quadro é criado em 1939 o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), intensificando as possibilidades de estabelecimento público no setor, que se concretizariam na década de 1940 com a instalação de empresas como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) em 1945. Com a construção da Usina de Paulo Afonso consolidam-se as iniciativas do setor energético nacional, tanto pela participação pública quanto pela magnitude do projeto para o contexto. A partir deste momento, com a volta de Getúlio Vargas à presidência em 1951, tem-se o aumento da intervenção do Estado no setor e o desenvolvimento de obras de grande proporção. Porém, as transformações em setores de infraestrutura, como os de transportes e energia, foram acompanhadas por debates e questionamentos vindos do capital privado, pois empresários nacionais e concessionárias temiam a centralidade do poder na esfera nacional, principalmente com a possibilidade no setor energético, com a criação da Eletrobrás. Proposta ainda no governo Vargas, em 1954, a Eletrobrás seria efetivamente consolidada somente em 1962, mantendo em sua promulgação a clara presença do capital privado no desenvolvimento energético nacional.

Em uma leitura geral, analisamos que estes setores apresentam importantes transformações e desenvolvimento em suas bases a partir da década de 1940 e 1950. No caso do energético, as pequenas centrais hidrelétricas que fornecem a produção

de quilowatts em âmbito local e regional, tendo um impacto significativo nas relações dentro deste espaço, cedem lugar ao desenvolvimento/integração de ideias de produção energética locados a um conjunto de necessidades para além desse espaço. Assistimos, então, ao nascimento dos grandes complexos hidrelétricos conectados a uma gama de relações diplomáticas, ideias de integração territorial e desenvolvimento nacional, articulados como estímulos não mais para pequenos núcleos, mas como elemento do progresso para toda nação.

De Paulo Afonso a Três Marias, de Furnas a Ilha Solteira, todas realizadas entre as décadas de 1940 e 1970 estabelece-se a ideia de não mais construir usinas, mas complexos hidrelétricos, em que produzir quilowatts não são mais suficientes, mas sim integrá-los ao controle das enchentes, navegação, agricultura, assim como a todas as atividades que permitiriam uma promoção social conectada a todas as áreas do país. Não se visualizava mais somente o rio e suas corredeiras, mas a bacia hidrográfica como propulsora do progresso, por meio da criação de comissões e órgãos de planejamento, que cada vez mais vão integrar essa produção energética como potencial gerador de todas as transformações nacionais, do econômico ao político, do social ao cultural.

O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ: ALGUNS APONTAMENTOS

O denominado Complexo Hidrelétrico Urubupungá corresponde ao conjunto de duas hidrelétricas situadas no Rio Paraná, na fronteira entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. É composta pelas Usinas Engenheiro Souza Dias, conhecida como “Jupiá”, localizada entre as cidades de Três Lagoas/MS e Castilho/SP e a Usina Ilha Solteira, junto à cidade homônima, no Estado de São Paulo e Selvíria/MS. Estão localizadas na denominada Bacia do Paraná, ampla região que perpassa os Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, tendo como principal rio o Paraná, sendo considerada a segunda maior bacia de aproveitamento hidrelétrico do país. Este complexo hidrelétrico teve sua construção iniciada em 1961, com a hidrelétrica de Jupiá, tendo os primeiros grupos de geradores acionados em abril de 1969. A segunda etapa da construção, com a hidrelétrica de Ilha Solteira teve início em 1965, sendo oficialmente inaugurada em janeiro de 1974. Sua capacidade foi aumentada para vinte turbinas até 1978, totalizando uma produção de 4.640.00 MW.

Sua região de estabelecimento, qual seja, a denominada Bacia do Paraná, torna-se um exemplo interessante de como historicamente uma série de intervenções buscaram conduzir a imagem do desenvolvimento nacional. Como pontuado por Catullo Branco, antes mesmo do início das operações e dos mapeamentos realizados no rio Paraná nas décadas de 1950 e 1960, empresas estrangeiras já alçavam olhos para o “manancial energético” presente em seus vários pontos. Empresas como a *Light e Bond and Share*, que já buscavam realizar a construção de hidrelétricas no rio Grande, um dos formadores do Paraná, e propuseram também realizar aproveitamento de saltos como os de Urubupungá e Sete Quedas, chegando a pedir sua concessão de aproveitamento, fato que não ocorreu. (BRANCO, 1975, p. 125)

Devemos ter em mente que este movimento de projeção do aproveitamento das potencialidades naturais como elementos propulsores da colonização e desenvolvimento do interior do país não figura somente no plano do setor energético, mas mistura-se com suas próprias memórias. Segundo Lylia Galetti (2000) por esta concepção o interior do país encontrava-se representado por duas visões: de espaços vazios distantes da civilização, mas, ao mesmo tempo, abundante em recursos naturais, fundamental para o progresso e crescimento nacional. Como destacado a respeito da ideia de “sertão”, o que se torna central para nosso debate é como estes novos aparatos técnicos e tecnológicos são entendidos como sinônimos da continuidade do/para o desenvolvimento e integração desta região fronteira. Deste momento até o início do projeto energético tal região ainda seria lapidada e narrada novamente visando tais estímulos, as famosas “reservas de brasilidade” apontadas pelo viajante Flavio Rezende Rubim na década de 1930. (GALETTI, 2000)

Na construção das memórias sobre tal aproveitamento, muitos foram os momentos e agentes que atuaram para sua formulação. Ainda no início do século XX, momento em que o parque energético paulista encontrava-se em expansão, um periódico noticiava as amplas possibilidades que um conjunto de quedas d’água paulistas, incluindo as de Urubupungá, poderia proporcionar para sua centralidade na continuidade da hegemonia industrial nacional. Estas quedas eram descritas assim como o futuro da produção industrial, e, “com efeito, em poucas regiões da terra elas se apresentam tão abundantes e tão capazes de aproveitamento industrial”.⁵

⁵ OESP, 14/03/1911, p. 03.

Logo, tal região limítrofe territorial paulista começa gradualmente a se destacar como futuro centro energético do estado: “calculando-se que o volume de água dos rios, passando sobre as duas cachoeiras equivale a cerca de seis milhões e novecentos mil litros por segundo, ou mais ou menos o mesmo que na catarata do Niágara”, e assim “a energia elétrica que dali se poderia retirar excede de um milhão de cavalos, isto é, quatro vezes mais do que se utiliza atualmente no estado inteiro”. Porém, neste momento, o potencial energético ainda emaranhava-se na visão do bravo, das “tumbas” a serem domadas:

Partimos de Jupiá no dia 11 de setembro e pouco depois passávamos o rebojo de Jupiá, que é uma efervescência curiosa das águas do rio, cercada de redemoinhos em cujo meio a intervalos irregulares de tempo, levanta-se e cresce uma tumba de água que, em certo momento estoura com estrepido, formando-se, no lugar, largo sorvedouro. Para efetuar a passagem, dirigimos o “Bandeirante” pela margem esquerda do Paraná. Infelizmente explodiu uma das tais tumbas de água a 5 metros a pouca do barco, que atraído parou, recuou e começou a fazer uma série de movimentos inteiramente desproporcionados, que puseram a tribulação no maior alvoroço.⁶

Traço marcante do processo histórico, essa percepção espacial, onde o vazio e o atraso eram medidos pela falta dos mecanismos do progresso, condicionou as regiões a necessidades exteriores a elas, em que as experiências da modernidade reduziram distâncias, mapearam caminhos, mas polarizaram as diferenças como inferioridades. Diferente das leituras que, no passado, fizeram os viajantes, agora, mais do que relatar, foi necessário convencer da necessidade de transformar, de vencer a natureza. E foi no discurso de engenheiros, comissões e agentes políticos que também encontramos uma ideia das corredeiras destinadas a exploração de suas potencialidades.

Como nos ensina Milton Santos (1999), do presente ao passado, o que estamos evidenciando são as diferentes formas de instrumentalização destes espaços, gradualmente articulados a caminhos para navegação, espaço de demarcação fronteira, de passagem ferroviária e, por fim, espaço do progresso energético. Chamados de “objetos técnicos” pelo autor, tais narrativas reconstroem paisagens, representações e necessidade, de acordo com as intenções projetadas pelos grupos e sujeitos no contínuo processo de dominação territorial.

Euclides da Cunha, em sua multiplicidade de funções, expressou suas considerações a respeito deste espaço e, principalmente, sobre as corredeiras de

⁶ Viagem de São Paulo a Buenos Aires. OESP, 03/11/1916, 06.

Urubupungá. Centrado nas relações entre a modernidade, civilização e os sertões, considerou uma vasta região do país como desprovida de elementos modernos, imperfeita e pronta para ser lapidada pelos instrumentos do progresso. Evocado pelo autor como a “esquina dos três estados”, referindo-se a São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, afirma que pelas corredeiras do rio Paraná passaria o progresso da região, pois “a volubilidade do rio contagia o homem” (1967, p. 23). Porém, considerava que, com toda sua poética, o rio, tal como a sua história é revolta, desordenada, incompleta e, ao incorporarem aqueles rincões aos instrumentos do progresso, resultaria em seu prognóstico futuro:

(...) os terrenos compreendidos entre as duas quedas, Urubupungá, no Paraná, e Itapura, no Tietê, distantes uma légua, são a base vindoura do mais importante dos centros industriais da América do Sul, dispendo da energia mecânica incalculável daquelas catadupas, que, somando-se à derivada do salto da Avanhandava e transformando-se em energia elétrica, não só satisfará a todos os misteres da indústria, como à tração das estradas de ferro que por ali passarem. (CUNHA, 1967, p. 128)

Décadas mais tarde, mais precisamente 64 anos, as mesmas palavras ecoariam novamente em periódicos de circulação nacional para embasar as transformações neste espaço, ante a construção do complexo hidrelétrico, em que as “profecias” euclidianas emaranhavam-se entre o crescente aproveitamento energético e os percalços ocorridos com o alagamento de terras na região e mesmo o impacto sobre cidades como Itapura, alagada pela construção do complexo hidrelétrico.⁷ Além destas histórias, os documentos também apontam uma multiplicidade de contos e lendas que permearam a própria imagem desta região.

De qualquer forma, temos que tais iniciativas representaram a ampliação da presença do Estado-Nação moderno nestas regiões. Elaboradas pelos canais aqui demonstrados, um vasto local vai se caracterizando, definindo seu lugar e seu papel na civilização, como espaço fronteiro depositário de recursos econômicos em processo de exploração, conquista e colonização. Contando com imperativos paulistas, a ideia de desbravar os sertões, os espaços considerados “não habitados” revelam-se pelos imperativos econômicos, nos quais a navegação continuou a exercer importante função e, ancorada nas potencialidades diagnosticadas, ocupam-se a divulgar a região “não pelo que era, mas pelo que poderia vir a ser” (LUCA, 1999, p. 40)

⁷ “Itapura e a profecia de Euclides”. OESP, 18/08/1973, p. 21.

Neste ínterim, almejando, dentre outros fins, realizar o aumento da produção energética, assistíamos a partir da década de 1950 a afirmação de determinadas orientações calcadas em um projeto de expansão industrial, elemento que marcaria o segundo governo Vargas e as intervenções diretas neste setor. Juntamente às campanhas de nacionalização da produção de petróleo, que levariam a criação da Petrobrás, em 1953, foi proposta a criação do Plano Nacional de Eletrificação, pois para Vargas era “indispensável” que o Governo assumisse frente ativa em relação aos problemas da criação de novos recursos energéticos. Criando um quadro abertamente de disputas entre privatistas e nacionalistas, a produção energética encontrava-se no centro da ideologia desenvolvimentista, e segundo o próprio Vargas, “para que a eletricidade seja um elemento de progresso e permita o desenvolvimento industrial não é meramente necessário que seja barata, é indispensável, sobretudo, que seja abundante”.⁸

A exploração das potencialidades do Rio Paraná não ficaria à margem da promoção de seus interlocutores. Por meio de sujeitos como o então governador de Mato Grosso em 1951, Fernando Corrêa da Costa, o agrimensor Casimiro B. Filho e o governador em exercício de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, foi articulada a tentativa de dinamizar os investimentos para a região centro-sul do país, conectada as experiências de planejamento regional já empreendida em outras regiões do país. Neste caso, fora criada a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, um empreendimento que reuniu os governadores dos estados componentes da bacia do rio Paraná, com a finalidade de direcionar acordos e possibilidades de desenvolvimento de uma ampla região durante as décadas de 1950 a 1970.

Dentre suas conexões, a iniciativa buscou promover a criação de redes de transporte fluvial (pontes, embarcadouros, canais e regularização dos regimes fluviais), rodoviário (novas estradas, melhoramento das existentes), ferroviário (padronização do parque ferroviário, novos convênios e variantes de penetração), aéreo (campos de pouso), produção de energia combustível e principalmente elétrica, pelo aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, para assim promover o povoamento de vasta região, tida ainda como “inaproveitável”.⁹

⁸ Mensagem ao Congresso Nacional; apresentada por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951, p. 220-222.

⁹ Relatório CIBPU, 1951: 1-2.

A centralidade do Complexo Hidrelétrico Urubupungá esteve atrelada à diversidade de empreendimentos considerados prioritários para o desenvolvimento do interior do país. Por isso, para muitos dos interlocutores do projeto, como Casemiro B. Filho, estaria a região de Urubupungá determinada historicamente a ser palco de vultosa empreita, sendo sua condição geográfica propícia ao aproveitamento energético. Abarcando na década de 1950 mais de 2.274 municípios, de sete estados e estando “Urubupungá, como epicentro, irradiar-se-iam benefícios a nada menos de 70% de todas as atividades econômicas do país, e igual porcentagem aos setores da produção industrial e agropecuária”. (SILVEIRA, 1970, p. 79)

Assim esse espaço seria articulado como centro de novas possibilidades de desenvolvimento para uma vasta região do país, alicerçado na ideia de que “o progresso de um povo pode ser medido pela quantidade de energia elétrica que consome”, como será propugnado por empresas como a CESP ao longo da construção do complexo hidrelétrico. Mais do que isto, se fortalecerá a ideia de que sem a realização de determinadas ações, centralizadas nas comissões de planejamento e autarquias, principalmente do estado de São Paulo, o interior do país não progredirá e continuará “à margem” do progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas são algumas das questões que norteiam as possibilidades para se pensar a trama relacionada à produção de memória sobre a história da energia elétrica, e porque não, sobre os caminhos da ocupação no interior do país. Mesmo ecoando como algumas “inquietações” em meio a novas leituras realizadas podemos constatar que os caminhos de formação e organização do setor energético nacional confundem-se com os chamados “marcos de memória” produzidos e projetados por grupos e agentes condutores de seu estabelecimento que, do público ao privado, em diferentes momentos de nossa história contribuíram para selecionar e legitimar determinados aspectos na condução do setor como central para o desenvolvimento industrial, econômico e social.

Entre outras motivações e intencionalidades, podemos perceber a necessidade de tais discussões para buscar entender, dentre outras questões, como a sociedade brasileira encontrava-se posta sob uma leitura dicotômica entre espaços simbólicos, nos quais o desenvolvimento energético, ainda central e importante para a sociedade atual, acaba assumindo contornos e tons para além da produção de

quilowatts, mas ligada às necessidades de determinados sujeitos e grupos detentores do processo energético e assim, de suas próprias memórias.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

CABRAL, Ligia M. M. et al. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1988.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: Jk-JQ*. RJ, Paz e Terra, 1977.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Editora Lello Brasileira, 1967.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. 2^o Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DINIZ, Renato de Oliveira. *A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas – 1953/1997*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, USP, 2011.

GALETTI, Lyliã S. Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteiras e modernidade nas representações sobre o Mato Grosso*. Tese, USP, 2000.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Unesp, 2002.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-70)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MARANHÃO, RICARDO. *O governo Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAGALHÃES, Gildo. *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

MELLO, Flavio M. (Coord.) *A história das barragens no Brasil: Séculos XIX, XX e XXI*. Cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEGER, Sônia. Marcos constitutivos do setor elétrico brasileiro. In: MAGALHÃES, Gildo (Org). *História e Energia: Memória, informação e sociedade*. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVEIRA, Enzo. *Urubupungá: Jupiá- Ilha Solteira*. São Paulo, 1970.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.